

Assunto: Vistoria surpresa no Curado - 1ª Vara de Execuções Penais	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter:
Página: 3	Data: 08/10/2014



> **RESSOCIALIZAÇÃO**

Vistoria surpresa no Curado

Depois de denúncias anônimas de comércio de alimentos e bebidas dentro do Complexo Prisional do Curado, o juiz da 1ª Vara Regional de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios, Luiz Rocha, promoveu uma fiscalização. Um agente penitenciário estaria fazendo ingresso de produtos na unidade para serem vendidos aos reeducandos. Após receber as informações, o juiz articulou uma ação com as Secretarias de Defesa Social, de Ressocialização e o Comando Geral da Polícia Federal, que resultou na apreensão de frutas, verduras, armas, aparelhos celulares, carregadores e drogas.

Por volta das três horas da madrugada de ontem, cerca de 70 homens do Batalhão de Choque entraram no presídio. O primeiro foi abordado o agente denunciado, “com muitos anos de serviço”, que não teve sua identidade revelada, segundo o juiz para não atrapalhar as investigações futuras. Com ele foi localizado um total de 1,4 mil quilogramas de frutas e verduras, transportados em um veículo da Seres. Os alimentos não tinham nota fiscal.



Divulgação

ARMAS brancas, celulares e drogas foram encontrados durante a fiscalização

O suspeito foi ouvido e disse que era para ser vendido entre os agentes, o que também não é permitido. O agente não soube explicar também a presença, em sua sala, de documentos de identidade de presos e familiares. De acordo com o juiz Luiz Rocha, serão pedidas providências administrativa-disciplinares contra o servidor. Se for con-

CERCA 70 homens do Batalhão de Choque entraram no presídio para realizar a ação

firmado o crime, poderá ser instaurado processo no Ministério Público do Estado.

Também foi realizada uma vistoria em todas as áreas do presídio. Nesta última foram localizadas e apreendidas armas brancas de fabricação artesanal, facas industriais, 300 papéletes de maconha, comprimidos psicotrópicos, aparelhos celulares. Os presos identificados como donos dos aparelhos vão responder ao procedimento de falta grave.

Assunto: PM apreende armas e alimentos após vistoria em presídio do Recife	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 08/10/2014
Editoria:	Seção:



PM apreende armas e alimentos após vistoria em presídio do Recife

Unidade Juiz Antônio Luiz Lins de Barro foi revistada nesta terça (7). Frutas e verduras podem estar sendo comercializadas ilegalmente.



A PM fez uma vistoria em uma das unidades do Complexo Penitenciário Aníbal Bruno, no Recife, nesta terça (7). O Batalhão de Choque entrou na unidade Juiz Antônio Luiz Lins de Barro, que tem cerca de 3.000 detentos, sob coordenação do juiz da Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha.

Durante a revista, foram apreendidos celulares, vários tipos de armas, documentos e latas de cerveja vazias. Também foram recolhidas frutas e verduras. De acordo com o juiz, há suspeita de que as mercadorias estariam sendo comercializadas irregularmente dentro do presídio.

A Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres) informou que a operação foi feita com o BPChoque da PM porque não há agentes penitenciários suficientes para revistas nos pavilhões. O Complexo Aníbal Bruno tem capacidade para 1.814 detentos, mas abriga atualmente 6.800 homens. A unidade é formada pelo presídios Juiz Antônio Luiz Lins de Barros, Marcelo Francisco de Araújo e Frei Damião de Bozzano.

Assunto: CNJ regulamenta auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil a todos os juizes brasileiros	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 08/10/2014
Editoria:	Seção:



CNJ regulamenta auxílio-moradia de R\$ 4,3 mil a todos os juizes brasileiros

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou, no início da tarde desta terça-feira, o pagamento do auxílio-moradia a todo o Judiciário brasileiro. O tema entrou em pauta após o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), conceder liminares estendendo o pagamento - que já era feito a alguns magistrados estaduais e ministros de tribunais superiores - a todos os magistrados nos Estados, aos juizes federais e às Justiças do Trabalho e Militar.

Pela decisão do CNJ, todos os membros da magistratura nacional têm direito a receber até R\$ 4.377,73, o mesmo valor a que teriam direito os ministros do Supremo. Os ministros do STF, no entanto, não fazem uso do benefício, pois possuem residência oficial à disposição.

O CNJ determinou que todos os juizes passem a receber o auxílio-moradia, restringindo o benefício apenas ao juizes que possuem residência oficial à disposição, ainda que não utilizem; aos inativos; licenciados sem receber o subsídio ou àqueles que já possuem em casa alguém que receba o mesmo benefício de qualquer órgão da administração pública. Pela regra portanto, não há restrição para que juizes que possuem casa própria ou já residam no local onde trabalham recebam o benefício. Os números mais recentes do CNJ apontam a existência de um total de 16.429 magistrados no País.

A resolução aprovada na manhã de hoje pelo CNJ e assinada pelo presidente do conselho e do STF, ministro Ricardo Lewandowski, leva em conta a "unicidade da magistratura", a previsão legal da ajuda de custo aos juizes e o pagamento de forma "díspar" por alguns tribunais, o que acarreta "injustificável tratamento diferenciado entre magistrados". Ainda nesta tarde, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) também se reúne para deliberar sobre o pagamento do auxílio-moradia para promotores.

Assunto: Vistoria em presídio do Complexo do Curado encontra armas e celulares com detentos	
Veículo: folhape.com.br	Data: 08/10/2014
Editoria:	Seção:



Vistoria em presídio do Complexo do Curado encontra armas e celulares com detentos

Material foi recolhido com o apoio de policiais do Batalhão de Choque

O Batalhão de Choque da Polícia Militar (PM) recolheu celulares e armas em uma vistoria no presídio Juiz Antônio Luiz Lins de Barro, uma das unidades do Complexo Prisional do Curado, na Zona Oeste do Recife. A averiguação, que teve coordenação do juiz da Vara de Execuções Penais, Luiz Rocha, ocorreu nesta terça-feira (7).

A revista também encontrou documentos, latas de cerveja vazias e alimentos, que estariam sendo vendidos de forma irregular dentro da unidade. Segundo a Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres), a PM foi chamada porque não há agentes penitenciários em quantidade suficiente para fazer as revistas. O complexo tem capacidade para 1.814 detentos, conta com 6.800 reeducandos.

Assunto: Sport adere à campanha contra o trabalho infantil	
Veículo: folhape.com.br	Data: 08/10/2014
Editoria:	Seção:



Sport adere à campanha contra o trabalho infantil

Já o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, exaltou a iniciativa do clube rubro-negro, que segundo ele serve de exemplo para outras instituições

O Sport decidiu aderir a campanha contra o trabalho infantil. O clube entregou duas camisas oficiais autografadas pelos jogadores e comissão técnica ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT-PE) e ao Ministério Público do Trabalho (MPT).

“Nós disponibilizamos o uso da imagem dos atletas, com a presença deles em eventos e outras ações que ainda estamos estudando. Uma delas seria a entrada dos jogadores com uma faixa alusiva, em um jogo de grande porte, que provavelmente será com o Flamengo. O Sport está disponível a qualquer tipo de campanha de abrangência social”, explicou o vice-presidente jurídico do Sport, Leonardo Coelho.

Já o presidente do TRT-PE, desembargador Ivanildo Andrade, exaltou a iniciativa do clube rubro-negro, que segundo ele serve de exemplo para outras instituições. “A campanha tem o potencial de levar conscientização às próprias crianças através do magnetismo exercido pelo futebol. Isso é um exercício da cidadania, pois sem uma infância lúdica não haverá uma vida sadia. Esperamos que outros clubes também possam aderir a esse combate”.

*No Estado, a campanha “Trabalho Infantil não é legal. Não compre” foi lançada em abril e envolve o TRT-PE, o MPT, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)** e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (Fepetipe).